

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MUDANÇA DO PADRÃO DE CONSUMO DURANTE O
GOVERNO LULA**

BRUNA DE ARAUJO MALUHY

matrícula nº: 105038986

ORIENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp

MARÇO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MUDANÇA DO PADRÃO DE CONSUMO DURANTE O
GOVERNO LULA**

BRUNA DE ARAUJO MALUHY

matrícula nº: 105038986

ORIENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp

MARÇO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a).

Dedico este trabalho aos meus pais, Mônica e Rodrigo, e à minha avó Yvette, que nunca pouparam esforços para me ajudar e sempre contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui.

Aos meus pais e minha avó Yvette, por todo amor, compreensão e apoio que me deram.

Ao meu namorado Werbert pelo incentivo e pela compreensão.

Ao professor Fábio Sá Earp, por me acolher como orientanda, sempre se mostrando cordial e paciente.

Aos professores da UFRJ, que de inúmeras maneiras contribuíram para minha educação. Em especial, professores Hugo Boff, Maria Silvia Possas, Clarice Ferraz, Helios Malebranche, Angelo Cister, Zeca Carvalho, Rosemarie Bone e Synval Reis Neto.

À servidora Anna Lúcia da secretaria de graduação, por todo o suporte desde meu primeiro dia no Instituto de Economia.

Aos servidores Saskia Valentim, Christiane Hermínia, Pedro Henrique Braga, Luiz Fernando Axelband e Leonardo Manfredo pelo apoio e compreensão.

RESUMO

Esta monografia é a apresentação do trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Econômicas e trata da evolução do consumo durante o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, do ano de 2003 a 2010, quando então finaliza seu segundo mandato na presidência do Brasil. Primeiramente, foi apresentado o conjunto de políticas macroeconômicas desse governo. Apontou-se a visão oficial do governo e descrição dos efeitos dessas políticas na economia, somada às peculiaridades dos diferentes contextos internacionais, bem como as principais críticas relacionadas às estratégias de governos e ao modelo de desenvolvimento verificado. Identificaram-se as metas e estratégias dos principais programas do governo que tiveram como objetivo a inclusão social, como as políticas de valorização do salário mínimo e os programas do governo - o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Para comparar os padrões de consumo antes e no final da gestão do presidente Lula, foram utilizados dados, gráficos, tabelas e resultados das publicações das Pesquisas de Orçamentos Familiares, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, e que descrevem o perfil das despesas e dos rendimentos no Brasil, comparando os dados obtidos em 2002-2003 com o período 2008-2009. Essas pesquisas possibilitaram observar a evolução do consumo e a efetividade da redução da desigualdade social ao término do governo Lula sob a ótica dos objetivos das estratégias econômicas de governo e medidas adotadas, considerando as políticas de aumento do salário mínimo, transferência de renda e ampliação do crédito, bem como a conjuntura internacional, que em muitos momentos era favorável ao crescimento econômico brasileiro.

Palavras-Chave: Consumo. Governo Lula. Políticas Macroeconômicas. Pesquisa de Orçamentos Familiares.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO I – A POLÍTICA MACROECONÔMICA DE LULA | 9 |
| CAPÍTULO II – AS TRÊS CAUSAS DO AUMENTO DO CONSUMO | 22 |
| II.1 – POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: FOME ZERO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA..... | 22 |
| II.2 – A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO | 26 |
| II.3 – A EXPANSÃO DO CRÉDITO | 27 |
| CAPÍTULO III – AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO..... | 30 |
| III.1 – MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA | 30 |
| III.2 – A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES | 32 |
| CONCLUSÃO..... | 39 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 41 |
| ANEXO – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES: | |
| CONCEITOS E DEFINIÇÕES | 45 |

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar as mudanças no padrão de consumo no governo do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, no período de 2003 a 2010.

O primeiro capítulo apresenta o conjunto de políticas macroeconômicas do governo Lula. Apontou-se a de Nelson Barbosa, com a apresentação da descrição dos efeitos dessas políticas na economia, somada às peculiaridades dos diferentes contextos internacionais, bem como as principais críticas relacionadas às estratégias de governos e ao modelo de desenvolvimento verificado.

No segundo capítulo, identificaram-se as três principais causas do aumento do consumo durante o governo Lula: os programas do governo que objetivaram a inclusão social, iniciado com Programa Fome Zero e posteriormente o destaque do Programa Bolsa Família; as políticas de valorização do salário mínimo; e a expansão do volume de crédito, que permitiram um aumento do consumo, principalmente dos mais pobres.

No terceiro capítulo, foram utilizados dados, gráficos, tabelas e resultados das publicações das Pesquisas de Orçamentos Familiares, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, e que descrevem o perfil das despesas e dos rendimentos no Brasil, comparando os dados obtidos em 2002-2003 com o período 2008-2009.

Para visualizar os padrões de consumo antes e no final da gestão do presidente Lula, observou-se a distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial familiar, segundo os tipos de despesa. Os percentuais foram obtidos das publicações das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e 2008-2009, que ocorreram durante o período considerado. Para observar a evolução do consumo, principalmente das famílias mais pobres, foram utilizadas faixas salariais comparáveis entre as duas pesquisas, ou seja, rendimento total e variação patrimonial familiar em valores de salários mínimos vigentes à época de cada pesquisa que representassem uma determinada classe.

Essas pesquisas possibilitaram observar as mudanças do padrão de consumo e a efetividade da redução da desigualdade social ao término do governo Lula sob a ótica dos objetivos das estratégias econômicas de governo e medidas adotadas, destacando o papel dos programas de inclusão social, as políticas de aumento do salário mínimo, transferência de renda e ampliação do crédito ao consumidor no sentido de permitir um aumento do consumo familiar, principalmente dos mais pobres.

CAPÍTULO I – A POLÍTICA MACROECONÔMICA DE LULA

Neste capítulo, foram selecionadas diferentes visões acerca da política macroeconômica durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, compreendido entre 2003 e 2010. Observa-se a versão de Nelson Barbosa e também serão apresentadas as principais críticas.

GIAMBIAGI et al (2011) consideram que a eleição de Lula em 2003 teve significado político-ideológico, com a ascensão da representação de esquerda no poder através do Partido dos Trabalhadores (PT). Dentre as propostas divulgadas em seu plano econômico, convém destacar o comprometimento com a inclusão social através do aumento do gasto público, assistencial e previdenciário.

Considera-se que a política macroeconômica definida no governo Fernando Henrique em 1999, quando houve a crise cambial brasileira, baseia-se no tripé de sistema de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Essa política foi mantida no governo Lula. Entretanto, nota-se certa flexibilidade durante o segundo mandato no qual BARBOSA & SOUZA (2010) ressaltaram que entre 2003 e 2005 predominava uma visão neoliberal em que o crescimento econômico não dependia das condições de curto prazo e, a partir de 2006, uma visão de um Estado mais atuante no desenvolvimento econômico e social.

FAGNANI (2011), também identifica duas etapas na trajetória política de Lula. Uma fase que está compreendida entre 2003 e 2005, a qual é caracterizada pela manutenção da ortodoxia econômica, já que no próprio governo figuravam forças defensoras do Estado Mínimo e também setores que defendiam os direitos universais. Neste período, a estratégia social de Lula permaneceu indefinida.

A segunda etapa abrange dos anos 2006 a 2010 e o autor a considera como “Ensaio Desenvolvimentistas”, fase marcada pelo arrefecimento dessas questões. Passou a haver uma articulação mais convergente entre os objetivos macroeconômicos e sociais, o que foi benéfico para o mercado de trabalho e para as contas públicas. De acordo com o autor, a hegemonia do pensamento neoliberal perdeu forças com a crise de 2008, aumentando a tensão entre os paradigmas, afetando a persuasão dos representantes do Estado Mínimo. Para ele, o

incentivo ao crescimento passa a se destacar como um compromisso do governo, com a ampliação do gasto social. A atenção se volta para a defesa e consolidação de uma estratégia social ancorada em políticas universais e no avanço das ações com finalidade de combater a pobreza extrema.

Na visão de Nelson Barbosa, observam-se três tendências durante o governo Lula: de 2003 a 2005 um período de ajuste macroeconômico, com foco na redução da inflação e diminuição do endividamento do setor público, de 2006 a 2008 a adoção de uma política macroeconômica mais expansionista, com foco na aceleração do crescimento e no aumento do emprego e do investimento, e de 2009 a 2010 o ajuste à crise internacional.

De acordo com essa visão, os anos do governo Lula foram marcados pela criação de um novo modelo de desenvolvimento da economia brasileira, com base na expansão do mercado interno e maior atuação do Estado na economia com a finalidade de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, criando um círculo virtuoso entre expansão do emprego e consumo, por um lado, e da produtividade e do investimento, por outro, o que resultou num forte processo de inclusão social somado ao aumento dos salários reais e a expansão do crédito.

BARBOSA (2013) destaca a importância do cenário externo como favorável à elevação nos termos de troca da economia brasileira com o resto do mundo, bem como a canalização dos ganhos dessa condição favorável para a redução das vulnerabilidades financeiras do país e para a aceleração do crescimento liderado pelo investimento e consumo doméstico. Porém, a apreciação cambial gerada pela melhora nos termos de troca e o contexto internacional comprometeu a competitividade da indústria brasileira.

Este autor também aponta que durante a campanha presidencial de 2002, o Brasil sofreu ataques especulativos, o real foi depreciado, elevou-se o prêmio de risco pago pelos títulos públicos do país e houve redução da entrada líquida de capitais externos na economia. Isso ocorreu em meio a um cenário de alta fragilidade macroeconômica, já que em 2002 a dívida líquida do setor público era elevada e fortemente indexada ou à taxa básica de juros (Selic) ou à taxa de câmbio, e o país estava com escassez de reservas internacionais. A depreciação do real resultou num aumento da inflação brasileira de 7,7% em 2001 para 12,5%

em 2002, e em uma rápida deterioração das finanças públicas do país com o aumento da dívida líquida do setor público, de 52% do PIB no final de 2001 para 60% do Produto Interno Bruto (PIB) no final de 2002.

Como prioridade inicial do governo Lula, o referido autor assinala a recuperação monetária e fiscal, com adoção de medidas restritivas. O Banco Central do Brasil (BCB) elevou a taxa Selic para reduzir a pressão inflacionária e a depreciação da taxa de câmbio. Elevou-se, também a meta de superávit primário para conter o crescimento da dívida pública e diminuir o risco de insolvência do país.

BARBOSA ainda afirma que essas iniciativas tiveram um impacto positivo nas expectativas de mercado sobre a evolução da economia e possibilitaram a redução da taxa de câmbio e do prêmio de risco do Brasil já em meados de 2003. Todavia, também tiveram impacto negativo sobre o nível de atividade econômica, e contribuíram para o menor crescimento do PIB em 2003 comparado a 2002.

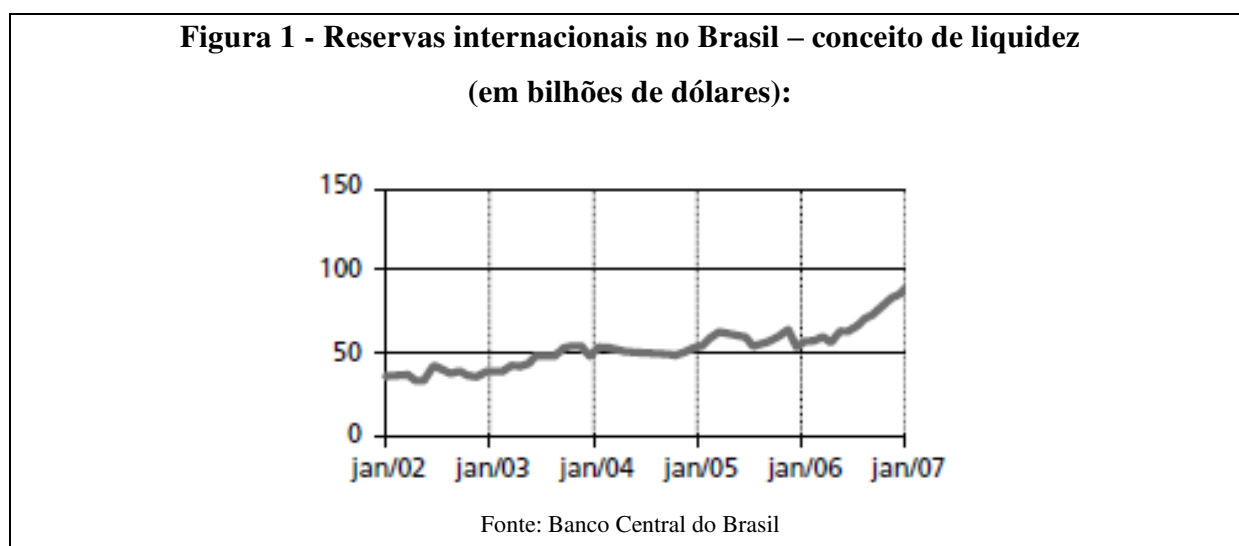
Com a desaceleração do crescimento econômico, a apreciação da taxa de câmbio, e a resultante queda da inflação, o Banco Central passou a reduzir gradualmente a taxa Selic em meados de 2003.

A partir de 2004, o crescimento do PIB acelera para 5,7%, impulsionado pelo aumento no saldo comercial do Brasil com o resto do mundo e pelo aumento do consumo e do investimento domésticos. O cenário internacional também se mostrou favorável devido à aceleração do crescimento da economia mundial motivado pela China. Os efeitos da queda da inflação e da apreciação cambial traduziram-se num aumento do poder de compra das famílias e das empresas, gerando um aumento do consumo privado e recuperação do investimento.

Convém realçar que a taxa de desemprego caiu, e mesmo com o aumento do nível de atividade econômica, a taxa de inflação também caiu para 7,6% no fim de 2004, basicamente por conta da apreciação cambial. Assim, após a instabilidade macroeconômica de 2002 e do ajuste monetário e fiscal de 2003, a economia brasileira apresentava crescimento provocado pelo investimento e pelas exportações e uma substancial melhora nos indicadores fiscais do país.

De 2003 a 2005, o crescimento da economia acelerou moderadamente e a inflação caiu, o que foi possível principalmente por conta da apreciação da taxa de câmbio. Como as exportações brasileiras continuaram competitivas apesar da apreciação cambial, a elevação no saldo comercial também contribuiu para o maior crescimento da economia neste período.

O contexto internacional favorável de aceleração do crescimento da economia mundial também é relevante para a melhora do desempenho interno da economia brasileira, a redução da fragilidade das finanças internacionais e o acúmulo de reservas internacionais, o que foi observado no período (figura 1).



Um ponto simbólico da melhora nas contas externas foi quando o governo Lula decidiu encerrar sua dívida junto ao FMI mediante pagamento único de 23 bilhões de dólares, marcando o início de uma fase de mais autonomia na condução de sua política econômica.

Somado à estabilização da economia, Nelson Barbosa também discute a importância de pequenas reformas no sistema tributário que elevariam a receita da União nos anos seguintes e também uma reforma da previdência, que estabilizaria o peso da aposentadoria dos servidores públicos no orçamento da União.

Mesmo com o ajuste macroeconômico, o governo Lula lançou o programa Fome Zero como medida de combate à pobreza extrema, baseado na transferência de renda às famílias menos favorecidas. Posteriormente, a estratégia foi aperfeiçoada com a integração de diversas

ações de combate à pobreza em um único programa, o Bolsa Família, com o compromisso de transferência de renda e acompanhamento nutricional, de saúde e da frequência escolar das crianças das famílias contempladas.

No longo prazo, o aumento das transferências de renda do governo federal às famílias faz com que uma maior parcela do crescimento seja apropriada pelos trabalhadores. Além disso, gera um impacto expansionista pelo lado da demanda, já que os mais pobres têm uma propensão maior a consumir do que os mais ricos. Do ponto de vista da distribuição, o aumento das transferências de renda através do aumento do salário-mínimo e dos programas de combate à pobreza elevou o piso das negociações salariais e aumentou o poder de barganha dos trabalhadores, principalmente no setor de serviços.

A partir de 2006, a orientação da política macroeconômica se torna expansionista do ponto de vista fiscal e monetário. O governo prometeu um aumento recorde do valor real do salário-mínimo (14%) e a adoção de política de longo prazo de valorização do mesmo, com o estabelecimento de regra anual de reajuste atrelando o aumento do seu valor real ao desempenho econômico.

O governo também ampliou o investimento em infraestrutura e, a partir de 2007, lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que consiste em investimentos em infraestrutura econômica e social com o objetivo de estimular o investimento privado e eliminar os principais gargalos logísticos do país. O programa ainda conta com investimentos em energia, com destaque para a exploração e produção de petróleo na plataforma continental brasileira no pré-sal, pela Petrobras.

Entende-se que intensificar os investimentos públicos com a finalidade de acelerar o crescimento geraria diversos impactos positivos. Seria fundamental para que as empresas pudessem obter ganhos de produtividade, como ganhos de escala, que proporcionam aumentos de salários e lucros evitando pressões inflacionárias. Haveria também aumento do emprego formal, que, conseqüentemente, aumenta a produtividade média do trabalho. O crescimento econômico também levaria a um aumento do investimento privado, gerando modernização. Criam-se novos mercados, que podem atender ao aumento da demanda.

Ainda do ponto de vista fiscal, BARBOSA (2013) comenta que o governo também tomou medidas de reestruturação de carreiras e salários do funcionalismo público a partir de 2006, bem como o aumento dos concursos para substituir terceirizados.

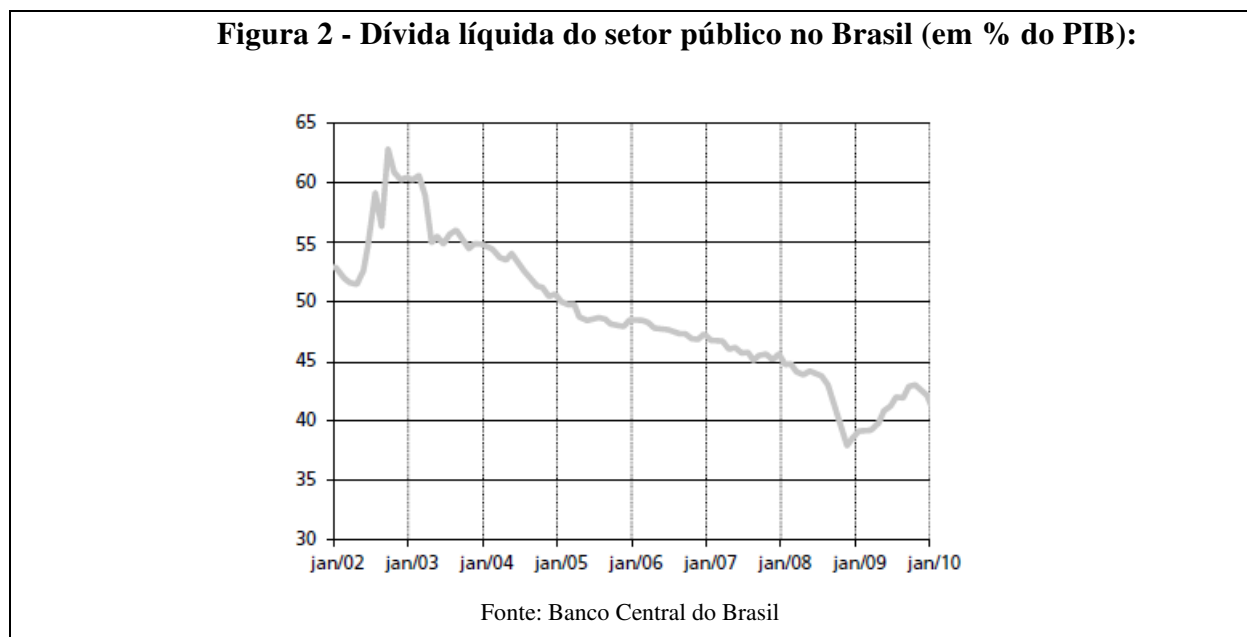
No campo monetário, houve uma redução progressiva da taxa Selic pelo Banco Central desde 2005 até chegar a 11,5% em 2007. Essa postura do Banco Central foi resultante de três fatores exógenos. O primeiro foi a forte expansão da produção agrícola brasileira em 2006 e o comportamento favorável dos preços internacionais dos alimentos neste ano. Segundo, a adoção de uma meta de inflação realista pelo governo daria margem de manobra para o Banco Central frente a algum choque que afetasse a economia brasileira sem que precisasse elevar a Selic. O terceiro fator foi a forte elevação do preço das *commodities*, que geraram grande apreciação cambial no Brasil. Esta neutralizou parte do impacto inflacionário da elevação dos preços das *commodities* e evitou o aumento da inflação nos preços dos bens industriais que estavam sujeitos à concorrência internacional.

O crescimento do PIB acelerou para 4% em 2006 e 6,1% em 2007, mas com a crise financeira internacional de 2008, o crescimento caiu para 5,1%. A aceleração do crescimento foi motivada pelo investimento, mas o consumo das famílias também contribuiu para o crescimento do PIB. BARBOSA (2013), ainda, explica que a expansão da demanda doméstica se deu por conta do aumento do poder de compra das famílias com a queda da taxa de câmbio, que também barateou os bens de capital, gerando aumento do consumo e do investimento privados. Além disso, o aumento do investimento público também foi relevante, bem como o aumento dos lucros e salários com a aceleração do crescimento, num contexto de redução na taxa de juros e expansão do crédito.

Com o aumento da inflação no início de 2008, o Banco Central elevou a Selic para 13,75%, alguns dias antes da quebra do banco norte-americano Lehmann Brothers, o que levou à redução do ritmo da elevação dos preços no Brasil. Com a diminuição da inflação, somada à apreciação da moeda brasileira frente à crise internacional, a taxa básica de juro real caiu de 11,2% ao ano entre 2003 e 2005 para 8,3% ao ano em 2006 e 2008. Como tentativa de regular os fluxos de capitais, em 2008 elevou-se o Imposto Sobre Operações Financeiras

(IOF) sobre a entrada de capitais externos de curto prazo. Porém, a queda do Lehman Brothers acabou reduzindo a taxa de câmbio.

Ainda segundo BARBOSA (2013), a apreciação cambial impactou no balanço de pagamentos brasileiros. As importações cresceram substancialmente, mas as exportações brasileiras continuaram a crescer, estimuladas pela expansão nas vendas de *commodities*. A política expansionista de Lula, adotada a partir de 2006, não implicou uma redução no resultado primário da União, visto que a arrecadação tributária cresceu junto com a aceleração do crescimento econômico. Isto somado à depreciação da taxa de câmbio permitiu uma queda do endividamento do setor público, como apresentado na figura 2.



BARBOSA (2013) destaca que as principais medidas institucionais adotadas foram o PAC, pela capacidade de estimular a modernização da economia, e a política de valorização do salário-mínimo. Como o reajuste do salário mínimo era anual de acordo com a inflação, com defasagem de um ano, e o crescimento do PIB, com defasagem de 2 anos, entre 2006 e 2008, o salário-mínimo cresceu 25%, tendo em vista o bom desempenho da economia.

Como destaca o autor, no período de 2009 e 2010, tem-se a fase caracterizada pela resposta à crise internacional. Com a quebra do banco Lehman Brothers, criou-se um clima de incerteza sobre a solvência de instituições bancárias norte-americanas e europeias, o que

levou a uma restrição internacional do crédito, com fuga para ativos de menor risco. Houve redução do volume de comércio internacional e queda nos preços das *commodities*, o que aumentou a preferência pela liquidez.

O impacto no Brasil traduziu-se na contração na oferta de crédito e na grande incerteza sobre a solvência de alguns grupos empresariais exportadores. Entre 2007 e 2008, quando houve forte apreciação do real, muitas empresas exportadoras brasileiras aproveitaram seu acesso a receitas em moeda estrangeira para montar operações especulativas, acreditando na apreciação do real. A quebra do Lehman Brothers e a elevação da taxa de câmbio causaram perdas patrimoniais de algumas dessas empresas, que beiravam a insolvência.

Além disso, como os valores do real e do mercado acionário brasileiro estavam atrelados aos preços internacionais das *commodities*, a crise causou forte redução do valor das ações brasileiras e uma depreciação rápida e substancial da taxa de câmbio, resultando em perdas patrimoniais para o setor privado brasileiro, que respondeu à crise com a retração de investimentos no final de 2008 e início de 2009. O clima de incerteza e o impacto recessivo da depreciação cambial sobre o poder de compra das famílias brasileiras também reduziu o crescimento do consumo privado.

BARBOSA (2013) ressalta a postura do governo Lula de adoção de política expansionista – fiscal, monetária e creditícia – de combate aos efeitos da crise internacional, através de medidas como: aumento de liquidez e redução da Selic, manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos, desonerações tributárias temporárias e permanentes.

O autor afirma que o conjunto dessas ações permitiu rápida recuperação da economia brasileira, o que somado à alta taxa Selic, se comparada com as demais taxas básicas de juros verificadas internacionalmente, acabou por atrair capital externo, num contexto de elevação dos preços das *commodities* e apreciação do real ao longo de 2010. Salaria, também, que a boa *performance* macroeconômica brasileira para combater os efeitos da crise internacional reduziu o prêmio de risco do país. O resultado foi uma forte apreciação da taxa de câmbio brasileira ao final de 2010.

A partir da crise financeira internacional e a consequente permanência de expectativas negativas e incerteza, uma política macroeconômica mais restritiva é verificada fim do governo Lula, acreditando-se que o país poderia crescer sem estímulos adicionais dados pelo governo.

Ainda na percepção de BARBOSA (2013), no período do governo Lula também, observa-se o crescimento acompanhado do aumento das importações. A maior abertura da economia brasileira gera perda de competitividade da indústria nacional devido à apreciação cambial, sobretudo após a crise internacional de 2008. A perda de dinamismo da indústria brasileira continua sendo um grande desafio para a política econômica do governo federal.

Diferente da visão de Barbosa, GONÇALVES (2013) verifica que houve um fraco desempenho macroeconômico do que chama de Modelo Liberal Periférico – MLP –, o qual abrange de 1995 ao ano 2010. O autor analisa a partir da perspectiva histórica, destacando questões acerca da estrutura produtiva, padrão de comércio, progresso técnico, origem de propriedade, competitividade internacional, vulnerabilidade externa estrutural, concentração de capital, e diretriz estratégica da política econômica. Destaca que a concentração de parcela expressiva do orçamento público no governo federal e a hipertrofia do Poder Executivo sobre os demais poderes são fatores que caracterizam o atraso político, social e institucional do país do século XIX à atualidade.

Observando-se o período da crise internacional (2008-10), o referido autor aponta que os graves choques externos aumentaram as restrições externas por um lado, e por outro elevaram o hiato de crescimento a favor do Brasil em decorrência do fraco desempenho da economia mundial quando a crise reduziu significativamente a taxa de crescimento da economia mundial e permitiu que o hiato de crescimento aumentasse, ou seja, houvesse avanço na renda *per capita* do país comparativamente ao resto do mundo.

GONÇALVES (2013) afirma que a fase do Movimento Liberal Periférico, que abrange o governo Lula, é a segunda pior da história do país, já que todos os indicadores comparam-se desfavoravelmente em relação à média e mediana seculares, exceto pela taxa de inflação (12,5%), que é maior do que a mediana secular (11,5%), porém menor do que a

média secular (37,2%) e também menor do que a média secular descontando-se o período de alta inflação em 1981-84 (13,9%).

A taxa média anual do crescimento do PIB real (3,2%) ficou bem abaixo da média secular (4,5%). O hiato de produto é praticamente nulo (0,03%), ou seja, nesta fase o Brasil não conseguiu diminuir a distância entre seu nível de renda *per capita* e o nível médio de renda *per capita* do mundo.

O endividamento externo mostrou-se em níveis elevados pelos padrões históricos brasileiros. Uma conjuntura internacional favorável para a exportação de bens (*commodities*) ao mesmo tempo em que a queda relativa dos empréstimos externos foi compensada pela elevação de outros componentes do passivo externo (em particular o investimento estrangeiro em títulos). O endividamento público mostrou-se o mais elevado de toda a história econômica brasileira.

O autor aponta que, quando se compara o desempenho da indústria do Brasil com a indústria de outros países em desenvolvimento, nota-se um forte processo de desindustrialização no país.

Portanto, a fase correspondente ao governo Lula é marcada pela desindustrialização, pelo retrocesso da indústria de transformação brasileira. Esta questão é tratada pelo autor como uma limitação do desenvolvimento brasileiro no século XXI.

GONÇALVES (2013) salienta, também, que a estrutura econômica brasileira durante o governo Lula iniciou ou aprofundou tendências que comprometem a capacidade de desenvolvimento do país no longo prazo. Estas tendências são: desindustrialização e dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural; maior concentração de capital e política econômica marcada pela dominação financeira.

Dessa forma, o autor caracteriza o governo Lula como Nacional-desenvolvimentismo às avessas, tendo em vista que o projeto político-ideológico do Nacional-desenvolvimentismo

baseava-se na industrialização por substituição de importações, intervencionismo estatal e nacionalista, formando uma economia industrial moderna e resultando num significativo crescimento de renda. Ou seja, a conduta observada no governo Lula caminhou no sentido contrário do modelo nacional-desenvolvimentista em se tratando do desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade.

O processo de desindustrialização, apontado pelo autor, é acompanhado pela dessubstituição de importações devido à liberalização comercial.

Quanto ao padrão de comércio, GONÇALVES (2013) destaca o conjunto de problemas próprios às *commodities*: baixa elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da demanda desfavorável; pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera maior concentração do excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda; restrição externa por conta da alta volatilidade de preços e instabilidade da receita de exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado; *dumping* ambiental com redução do nível de bem-estar social; e, *dumping* social com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais.

Mais ainda, durante o governo Lula percebeu-se forte tendência à queda da participação dos produtos manufaturados no valor das exportações, de 56,8% em 2002 para 45,6% em 2010, o que também pode ser explicado pelo *boom* de preços das *commodities* na maior parte do período em análise. Houve também um processo de maior dependência tecnológica e uma tendência da elevação da relação entre as remessas de lucros e dividendos ao exterior e o PIB.

Constata-se, de um lado, ganhos de competitividade internacional nos produtos primários e, de outro, perda de competitividade nos manufaturados, o que é explicado pela interação de tendências estruturais (desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização e atraso tecnológicos) e políticas macroeconômicas (cambial, tributária e monetária).

GONÇALVES (2013) aponta que no período de 2003 a 2010 há evidência de maior concentração de capital no conjunto das 500 maiores empresas do país. Além disso, houve processo de desnacionalização da economia brasileira, principalmente no núcleo central das 50 maiores empresas. A participação das empresas estrangeiras no núcleo central do capitalismo brasileiro cresceu de 17,6% em 2002 para 19,6% em 2010.

Neste período, verificou-se a dominação financeira – ascendência do setor financeiro, inclusive sobre os outros setores dominantes –, que repercutiu diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do país. Os bancos se beneficiaram do abuso do poder econômico, leniência do Banco Central, certeza da impunidade e da política monetária restritiva caracterizada por elevadas taxas de juro.

Em linhas gerais, o autor observa que dentre os méritos ou pontos fortes do governo Lula não se encontram “grandes transformações”, “reversão de tendências estruturais” e “políticas desenvolvimentistas”.

O autor considera também o agravamento do problema da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira em decorrência da posição negativa de investimento internacional do Brasil, evidenciada com os impactos da crise global que eclodiu em 2008 e a significativa deterioração das contas externas para os indicadores tanto de fluxo (balança comercial, conta de rendas) como de estoque (passivos e ativos externos).

Dentre os pontos fortes do governo Lula, GONÇALVES (2013) destaca o aumento das reservas internacionais e a redução da desigualdade de renda.

Sobre o primeiro, identifica como uma resposta à conjuntura de liquidez internacional e às pressões ocasionais do setor de agronegócios em período de apreciação cambial. As estimativas sobre o custo das reservas devem ser abordadas pelo lado do custo cambial, decorrente da diferença entre a taxa média de retorno de ativos de estrangeiros no país e a taxa média de remuneração das reservas internacionais brasileiras, e do custo fiscal, que resulta da diferença entre o custo médio da dívida pública mobiliária federal interna e a taxa de remuneração das reservas internacionais.

Tanto na ótica cambial quanto na fiscal as reservas internacionais têm custos relativamente elevados para o país, atingindo níveis ainda mais altos no caso do empréstimo feito ao FMI em 2010. Outrossim, o aumento dos recursos do FMI representa um instrumento para pressionar países em crise para ajustes externos focados no pagamentos ao sistema financeiro, gerando graves problemas econômicos e sociais, e também promovendo a agenda liberal, que pode aumentar a fragilidade e vulnerabilidade dos países em crise.

Em se tratando da desigualdade de renda observada no governo Lula, o autor identifica três visões: liberais e conservadores, que argumentam que a melhora se deve ao controle da inflação e a situação estável das finanças públicas; a segunda enfatiza as políticas distributivas e o crescimento da renda e da produtividade, considerando também a conjuntura internacional; e a terceira (Economia Política) aponta que a melhora na distribuição não é consistente, em decorrência do modelo de desenvolvimento Movimento Liberal Periférico, e que a ausência de reformas estruturais (tributária, agrária, educação, saúde, e outros) podem levar à reversão das melhoras obtidas, causada pela conjuntura internacional e também pelo próprio esgotamento do Movimento Liberal Periférico.

GONÇALVES (2013) verifica que a queda da desigualdade foi determinada por: transferências públicas de assistência social, política de salário mínimo, crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho, e contexto internacional favorável até 2008. Após a crise, no contexto de vulnerabilidade externa do Brasil, aumentam as restrições quanto ao crescimento econômico, desempenho do mercado de trabalho e situação das finanças públicas. Portanto, a vulnerabilidade externa estrutural derivada do Movimento Liberal Periférico condiciona a trajetória de distribuição de renda no longo prazo.

CAPÍTULO II – AS TRÊS CAUSAS DO AUMENTO DO CONSUMO

II.1. Política de Transferência de Renda: Fome Zero e o Programa Bolsa Família

A grande promessa de Lula durante a campanha eleitoral de 2002 era acabar com a fome no Brasil em quatro anos, alcançando 50 milhões de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza. O Programa Fome Zero – PFZ – foi lançado oficialmente em janeiro de 2003.

Segundo a descrição contida no endereço eletrônico oficial do programa, “*o Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos*”. Procura-se promover a segurança alimentar e nutricional através da inclusão social da população mais vulnerável à fome. O Programa Fome Zero incorporou uma série de programas e iniciativas federais de transferência de renda preexistentes no governo FHC.

SUPLICY (2003) descreve o diferencial do Programa Fome Zero sobre os programas anteriores, como a diminuição da burocracia, o melhor atendimento às famílias pobres, a eliminação de estigmas ou vergonha dos beneficiários, custo menor da distribuição, garantia de liberdade, dignidade e segurança alimentar a todos os cidadãos.

O governo federal articula políticas sociais com estados e municípios e com a participação da sociedade, visando reduzir as desigualdades sociais através de programas que auxiliem a superar a pobreza e a assegurar o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Este programa mobiliza diversos Ministérios¹.

O Programa Fome Zero tinha como diretrizes o acesso aos alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda e a articulação, a mobilização e o controle social.

¹ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além do Ministério da Fazenda.

No âmbito das políticas e ações emergenciais do programa, criou-se o Programa Cartão Alimentação (PCA), que distribuía recursos financeiros, por meio de cartão magnético, às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. Além da complementação de renda, que ficou com a maior parte dos recursos, soma-se as ações voltadas para a compra da produção de alimentos de agricultores familiares e ações voltadas para a educação alimentar e melhoria das condições socioeconômicas das famílias. Esta última ação incorporou programas de educação alimentar e programas municipais de segurança alimentar, como restaurantes populares, bancos de alimentos, além da construção de cisternas no semiárido nordestinos. Outra iniciativa foi possibilitar o recebimento de doações privadas e individuais por meio do Fundo de Combate à Pobreza. (SILVA et al, p. 54-55),

De acordo com FREITAS (2007), o Programa Fome Zero tomou como ponto de partida a linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial, o que corresponderia um nível de renda, em moeda nacional, a R\$71,52 (à taxa de câmbio de 1999) ou R\$69,66 (em 30 de outubro de 2006).

A autora destaca a crítica à visão elitista implícita no desenho do Programa Fome Zero na qual o povo – a população subempregada e superexplorada – permanece como um indesejável “resíduo social”, para o qual qualquer ajuda basta e qualquer apoio serve.

O Programa Bolsa Família – PBF –, que integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), foi criado formalmente em outubro de 2003 como parte integrante da estratégia Fome Zero. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e coordenação de programas complementares que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Programa Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Trata-se de um programa de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita de até R\$70,00, e às famílias em

situação de pobreza, com renda per capita de R\$70,01 a R\$ 140 mensais, associando a transferência do benefício financeiro com o acesso aos direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social.²

De acordo com FREITAS (2007), a garantia da renda proveniente do Programa Bolsa Família não substituiria o sistema de proteção social existente, mas o complementaria.

O Programa Bolsa Família é um programa de gestão descentralizada, compartilhada entre União, estados, municípios e Distrito Federal, que devem atuar no sentido de promover, aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do programa, instituído pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004.

Uma das principais características do desenho deste Programa é a existência de condicionalidades vinculadas à concessão dos benefícios para que a transferência seja efetuada e mantida. As condicionalidades requeridas estão relacionadas à educação, saúde e assistência social. Famílias beneficiadas com filhos em idade escolar devem matricular e garantir a frequência de seus filhos na escola, cumprir o calendário de vacinações, acompanhamento pré e pós-natal para gestantes e mães em amamentação, participar de ações educativas sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

MARQUES (2008) aponta que o Programa Bolsa Família foi criado com duas finalidades básicas: combate à miséria e à exclusão social e também promover a emancipação das famílias mais pobres. Além disso, destaca que um diferencial deste programa é a existência de uma parte fixa no benefício, independente de outras condicionalidades que não a do nível de pobreza, o que pode ser visto como um princípio de renda mínima. Porém, para que isso fosse de fato reconhecido, o Programa Bolsa Família deveria ser um direito, não um programa de governo.

Este programa unificou cinco programas federais pré-existent de transferência de renda, sendo eles o Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Erradicação do Trabalho Infantil. Estes foram criados durante a gestão FHC,

² Valores referentes ao ano de 2011.

porém estavam vinculados a ministérios distintos, não constituindo uma ação centralizada pelo governo federal.

Do ponto de vista teórico, MARQUES (2008) destaca um problema relevante do programa. Uma vez que o Programa Bolsa Família beneficia mais de um quarto da população, não pode ser considerado residual. Não é uma política universal, visto que há o critério de acesso, que é a população de baixa renda. Entretanto, ao se mencionar a quantidade de beneficiários, deve-se salientar que a política deste Programa é inadequada para um país com tal nível de pobreza e desigualdade. Preocupa-se mais em preservar a situação da população beneficiada, do que propriamente de tirar os pobres dessa situação. Os custos são elevados e é alta a ineficiência.

Uma questão política relevante apontada pela autora é o fato de que este Programa não é um direito, mas um programa de governo. Embora seja difícil que seja distinto, seria, para a autora, necessário que esse benefício seja um direito e que se garanta uma renda mínima garantida.

No que diz respeito à questão da focalização do programa, BURLANDY et al (2007) aponta que a combinação do critério único de renda monetária com a definição de uma linha de pobreza muito baixa, resulta na restrição do potencial de inclusão do Programa Bolsa Família, visto que se corre o risco de não atingir segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. A seleção desconsidera questões que não podem ser quantificadas e que estão presentes no cotidiano das famílias pobres, como a falta de saneamento, habitação, saúde e educação.

É preocupante, também, a pouca ênfase dada a medidas com objetivo de geração de emprego e renda que, associada a estratégias socioeducativas junto às famílias, poderiam contribuir para romper com o ciclo de reprodução da pobreza.

MARQUES (2008) também observa que, estruturalmente, o Programa não é acompanhado de mudanças que alterem a forma de reprodução e distribuição da riqueza no país e que desconcentre a renda e a riqueza, logo não é instrumento de superação da pobreza.

Com a permanência dos mecanismos que criam e reproduzem a pobreza, a população-alvo do Programa Bolsa Família tenderá à elevação.

Vale ressaltar que os programas de transferência de renda precisariam ser articulados a uma política econômica superadora do modelo de concentração de renda, deixando de ser uma política de renda mínima para ser uma renda de cidadania para a inclusão de todos em condições de dignidade.

Dessa forma, verifica-se que o Programa Bolsa Família representa um avanço no campo social, mas é limitado, já que não atinge sua universalidade nem consegue chegar a todos que precisam de proteção social.

Além disso, GONÇALVES (2013) afirma que este modelo de programa de inclusão social não foi exclusividade brasileira. Na primeira década do século XXI, alguns modelos de experimentos foram observados na região da América Latina. De fato, os temas da desigualdade e pobreza estão presentes nas agendas nacionais, independente de modelos e diretriz político-ideológica dos grupos dirigentes. Assim, a existência de políticas focalizadas de transferência de renda em todos os 12 países da região é a melhor evidência dessa questão.

II.2. A Política de Valorização do Salário Mínimo

“A política de valorização se originou da pressão das centrais sindicais, que realizaram em dezembro de 2004 a 1ª Marcha do Salário Mínimo em Brasília, com o objetivo de estabelecer uma política permanente de valorização. Foi enviada uma carta para o presidente da República com a proposta de reajuste do valor do SM, baseada na variação do PIB passado e a inflação vigente. Em abril de 2005, instituiu-se a Comissão Quadripartite do Salário Mínimo, em que o foco era discutir e estabelecer a política de valorização permanente do SM. Embora a comissão não tenha produzido uma proposta consensual, o governo acordou com as centrais sindicais a adoção a partir de 2007 do critério que previa aumento baseado na variação do PIB com dois anos de defasagem mais a inflação do ano anterior, medida pela variação

acumulada do INPC verificado no período de janeiro a dezembro.” (IPEA [2011], p. 202).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, o reajuste foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, correspondendo a um aumento real de 1,23%. Em 2004, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06% e, em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21%, o reajuste foi de 16,67%, o que corresponde a um aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para um aumento do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30% ante uma variação de 8,57% no salário nominal, o aumento real do salário mínimo ficou em 5,1%. Em 2008, o salário mínimo foi reajustado, em fevereiro, em 9,21%, enquanto a inflação foi de 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre 2008 e 2009 foi de 5,79%.

Em valores atuais³, o salário mínimo vigente em janeiro de 2002 era R\$384,02 enquanto que o salário mínimo de janeiro 2009 passou a ser R\$546,99. Isso significa que houve um aumento real de 42,4% no período.

Estima-se que 47 milhões de pessoas possuem rendimento referenciado no salário mínimo, e que a elevação do salário mínimo colocaria mais de R\$ 21 bilhões de reais na economia e a arrecadação tributária teria um incremento no valor estimado de R\$10,3 bilhões. Além disso, convém assinalar o impacto desse aumento do salário nas contas da Previdência social, visto que o peso relativo da massa de benefícios equivalente a 1 salário mínimo envolve 69,0% do total de beneficiários. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, p. 5).

II.3. A Expansão do Crédito

BARBOSA (2013) considera que a expansão do volume de crédito é fator relevante para discutir o crescimento da economia no governo Lula. Motivado pela desaceleração do

³ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Série em reais (R\$) constantes mês de fevereiro de 2014, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.

crescimento econômico, apreciação cambial e pela queda da inflação, o Banco Central passou a reduzir gradualmente a taxa Selic em meados de 2003, o que levou a um aumento do volume de crédito em 2004.

Além disso, Lei das Falências⁴, e a introdução e difusão do “crédito consignado”⁵ foram medidas importantes de expansão do crédito.

“É possível verificar um importante crescimento na oferta de crédito, relacionada ao aumento do crédito direto ao consumidor, ao forte crescimento do crédito consignado em conta corrente (inclusive para aposentados e pensionistas), a maior proporção da população com acesso a contas bancárias (através da chamada conta simplificada) e o crescimento do microcrédito. Nesse caso, o papel do governo é mais evidente, sendo essa política mais fortemente implementada a partir do governo Lula.” (TORRES, BICHIR & CARPIM)

Na percepção de BARBOSA (2013), a aceleração do PIB ao comparar 2006 e 2007 se explicou também pelo aumento pela redução na taxa de juros e expansão do crédito somado ao aumento do poder de compra das famílias com a queda da taxa de câmbio.

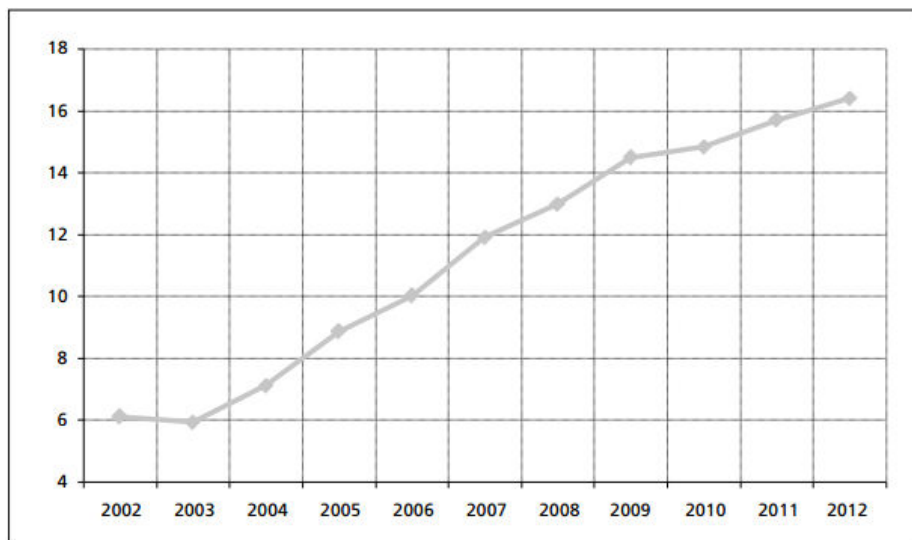
Segundo o autor, a crise internacional de 2008 impactou no Brasil com a contração temporária na oferta de crédito motivada pelo clima de incerteza na economia, porém a postura do governo Lula de combate aos efeitos da crise foi a adoção de política expansionista, incluindo a política creditícia, através da redução da Selic, aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos e o aumento do investimento público em habitação, que foi o programa Minha Casa Minha Vida.

O autor destaca a importância do volume de crédito às pessoas físicas como fator relevante para a inclusão social (Figura 3).

⁴ Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária quando se encontram em dívida.

⁵ Crédito com base na retenção de parte do salário do devedor, fruto de uma sugestão da Central Única dos Trabalhadores (CUT), iniciada com acordo entre sindicatos e instituições financeiras ao final de 2003. Posteriormente, este produto foi estendido aos servidores públicos e aos aposentados pelo INSS (BARBOSA, 2013).

Figura 3: Volume de crédito livre para pessoas físicas no Brasil (em % do PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda/BCB.

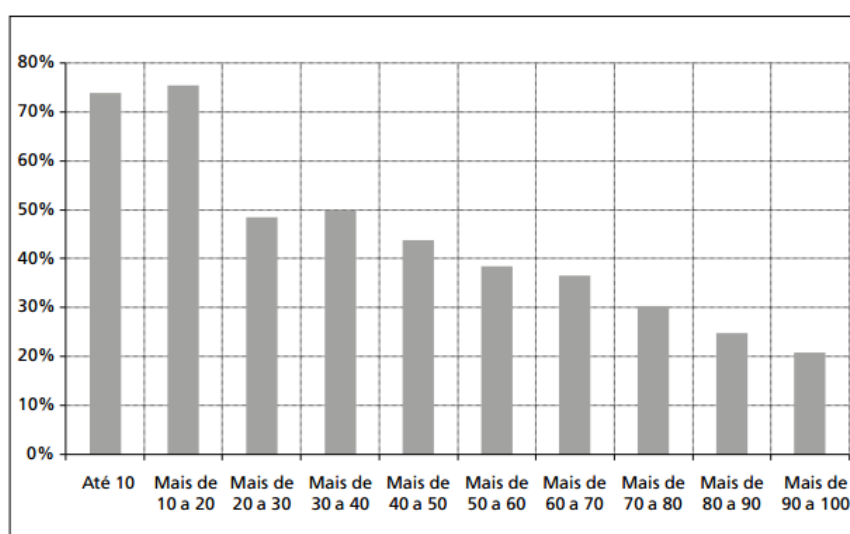
CURADO (2011) salienta que em janeiro de 2003 a relação operação de crédito (setores público e privado) sobre o PIB era de 23,94%, e em outubro de 2010 esta relação atingiu 47,25%.

CAPÍTULO III – AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO

III.1. Mudanças na Distribuição de Renda

BARBOSA (2013) destaca como um ponto marcante da política econômica a inclusão social. O crescimento da economia aumentou a geração de emprego, sobretudo no setor de serviços. A taxa de desemprego caiu de 11,6% em 2002 para menos de 8% em 2009. A melhora no mercado de trabalho acompanhado pela valorização do salário mínimo proporcionou uma combinação de crescimento do PIB *per capita* com redução da desigualdade social. A Figura 4 mostra que o crescimento da renda do trabalho foi maior nas faixas mais pobres da população e a taxa de pobreza caiu pela metade.

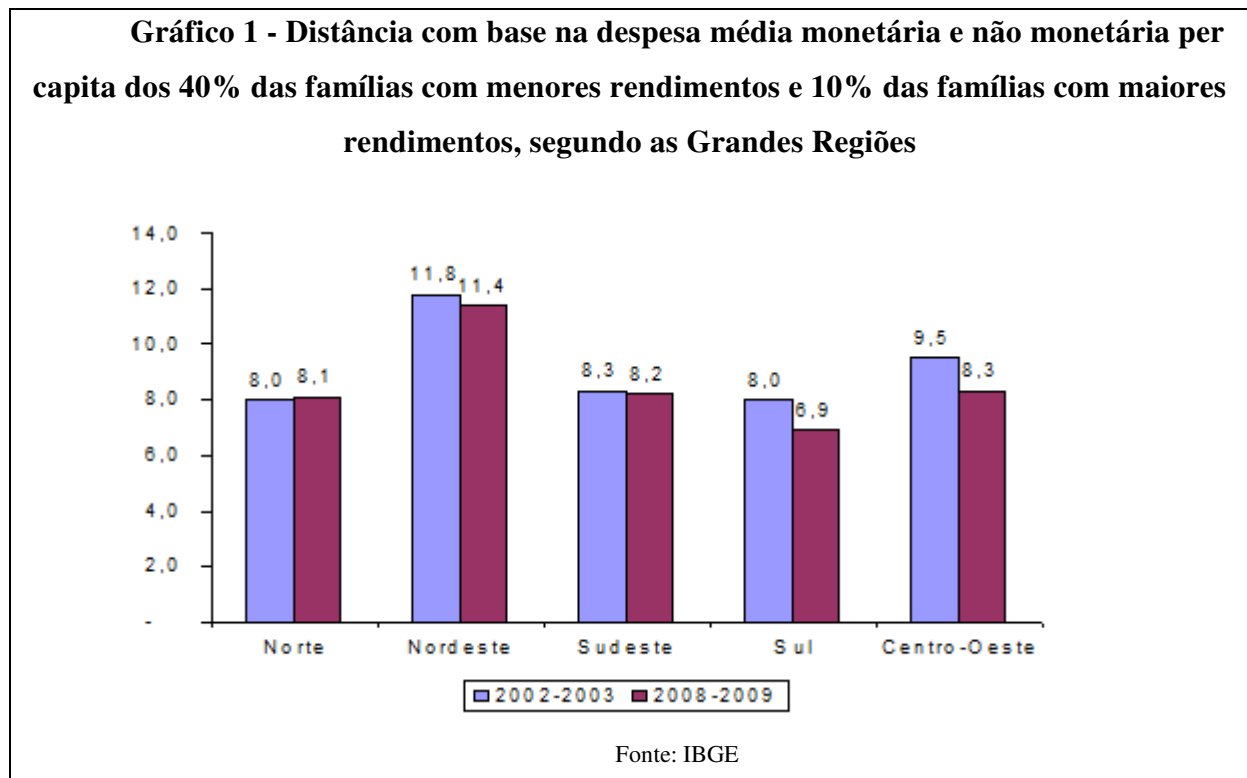
Figura 4: Crescimento do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos de 2004 a 2011 (por percentil da distribuição de renda):



Fonte: Ministério da Fazenda/IBGE.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 mostrou resultados positivos acerca da melhoria da distribuição de renda e diminuição da desigualdade social. De acordo com os dados apresentados no endereço eletrônico oficial da pesquisa, a despesa média *per capita* dos 10% das famílias com os maiores rendimentos (R\$ 2.844,56) era 9,6 vezes a dos 40 % com menores rendimentos (R\$ 296,35). Essa disparidade constatada pela POF 2008-2009 está menor do que seis anos antes, quando era de 10,1 vezes. Ainda em relação a

essas duas classes de rendimentos, a região mais desigual foi a Nordeste (11,4 vezes), e a menos desigual a Sul (6,9 vezes). O Gráfico 1 mostra a comparação entre os dados da POF 2002-2003 e da 2008-2009 sobre a distância média per capita dos 40% das famílias mais pobres e 10% das famílias mais ricas de cada Grande Região do país.



A pesquisa também constatou uma melhoria na relação entre as despesas e o rendimento das famílias. Em 2002/03, os 85,3% das famílias com os menores rendimentos tinham, em média, despesas superiores ao que recebiam mensalmente. Já em 2008/09, eram os 68,4% com os menores rendimentos que estavam nessa situação.

Além disso, os 40 % de famílias com menores rendimentos possuíam despesa total per capita de R\$ 296,35, e os 10% com maiores rendimentos, de R\$ 2 844,56. No País, a distância média da despesa per capita desses dois grupos foi de 9,6 vezes em 2008. Em 2002-2003, a disparidade no País era de 10,1 vezes e, portanto, reduziu-se em 0,5 vez.

GIAMBIAGI et al(2011) salientam que entre 2001 e 2009 a renda per capita dos 10% mais ricos da população brasileira aumentou 1,5% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a taxa de 6,8%.

Essa diferença justifica-se pelo aumento do salário mínimo e os programas sociais. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, até 2010 o Programa Bolsa Família atendeu 12 milhões de famílias, principalmente do Norte e Nordeste, o que contribuiu na redução das disparidades entre as Grandes Regiões do país.

III.2. A Pesquisa de Orçamentos Familiares

A Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo IBGE, tem como objetivo central disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas, bem como disponibilizar informações sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida da população brasileira, rural e urbana.

A base de dados apresentada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares permite avaliar despesas e rendimentos de acordo com características diversas, tais como idade, escolaridade, posição na ocupação, sexo, cor ou raça, religião, entre outros aspectos. As publicações das Pesquisas de Orçamentos Familiares trazem comentários sobre despesas e rendimentos – variáveis que compõem o orçamento familiar – segundo essas características.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, investigam-se várias características dos domicílios e famílias, o que permite estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, disparidades regionais, áreas urbana e rural, magnitude do endividamento familiar, difusão e volume das transferências entre as classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. Através da Pesquisa de Orçamentos Familiares é possível, também, uma investigação subjetiva da qualidade de vida das famílias a partir de um amplo conjunto de variáveis.

As pesquisas executadas referentes ao período do primeiro Governo Lula compreende o período 2002-2003, com publicação completa no ano de 2007. A partir dos resultados coletados, é possível analisar amplas desigualdades no padrão de consumo familiar entre a parcela mais rica e a parcela mais pobre da população nacional.

Os resultados obtidos na POF 2002-2003 e 2008-2009, no que tange à participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, podem ser observados na Tabela 2.

| Tabela 2: Distribuição das despesas de consumo monetário e não monetário (média) mensal familiar (%) | | | | | | |
|---|------------------------------------|-------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| Tipos de Despesa | Situação do Domicílio X Ano | | | | | |
| | Total | | Urbana | | Rural | |
| | 2002 | 2008 | 2002 | 2008 | 2002 | 2008 |
| Alimentação | 20,8 | 19,8 | 19,6 | 19,0 | 34,1 | 27,6 |
| Habitação | 35,5 | 35,9 | 36,1 | 36,4 | 28,7 | 30,6 |
| Transporte | 18,4 | 19,6 | 18,5 | 19,5 | 17,9 | 20,6 |
| Assistência à saúde | 6,5 | 7,2 | 6,6 | 7,3 | 5,4 | 6,5 |
| Educação | 4,1 | 3,0 | 4,3 | 3,2 | 1,5 | 1,3 |
| Outras despesas | 14,7 | 14,4 | 14,9 | 14,6 | 12,5 | 13,5 |

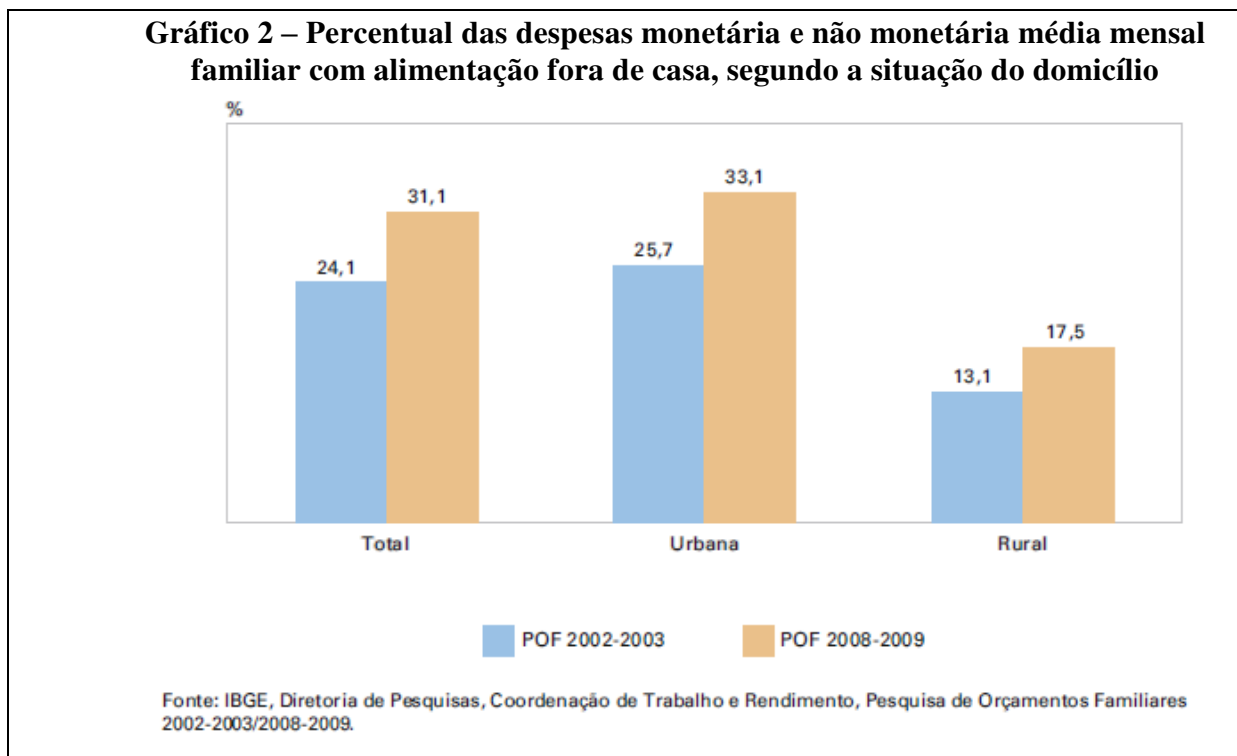
Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009

Em valores totais, nota-se que a distribuição pouco se alterou. Porém, ao se comparar a população urbana com a rural, observa-se que a rural apresentou maiores alterações em 2008 quando comparado com o padrão de consumo em 2002.

Considerando a população rural, a despesa com alimentação reduziu-se em 6,5%. A participação das despesas com transporte aumentaram 2,7%, e das despesas com assistência à saúde aumentaram 1,1%.

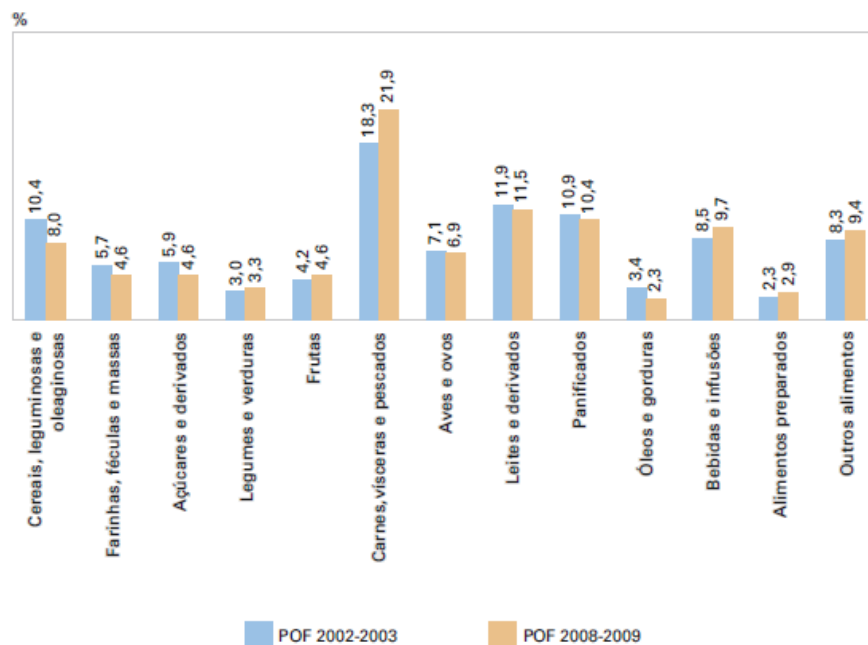
Verifica-se uma diminuição da participação do grupo alimentação de 20,8% em 2002 para 19,8% em 2008, redução mais expressiva na população rural. Por outro lado, percebe-se uma significativa elevação do percentual das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação fora de casa, tanto da população urbana, que registrou 25,7% em 2002 e 33,1% em 2008, quanto rural, que registrou 13,1% em 2002 e 17,5% em

2008. Considerando o total, o peso dessa despesa chegou a 31,1% em 2008, enquanto em 2002 a participação foi de 24,1%, como mostra o Gráfico 2.



Referente à despesa com alimentação no domicílio, houve aumento significativo da participação do grupo carnes, vísceras e pescados, passando de 18,3% em 2002 a 21,9% em 2008, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição das despesas monetária e não monetária mensal familiar com alimentação no domicílio, segundo os grupos de produtos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Quanto ao grupo de despesas com habitação, houve pequeno crescimento da participação, de 35,5% em 2002 para 35,9% em 2008, sendo que essa elevação foi mais intensa na situação rural, que aumentou 1,9%.

Ainda, a Tabela 2 possibilita verificar que também houve aumento da participação das despesas de consumo monetário e não monetário com transporte e assistência à saúde, tanto na situação rural quanto na urbana. Por outro lado, houve redução da participação das despesas com educação. A população urbana apresentou uma queda mais intensa do peso das despesas com educação, que reduziu 1,1%.

Visando comparar os resultados obtidos quanto à distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial familiar, segundo os tipos de despesa, entre as Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e de 2008-2009, buscou-se identificar as classes de rendimento em faixas de valores em salários mínimos – vigentes à época de cada pesquisa correspondente – presentes nas duas pesquisas, levando à constatação de 3 classes de rendimento total e variação patrimonial

familiar comparáveis: até 2 salários mínimos, 2 a 3 salários mínimos e de 10 a 15 salários mínimos. A Tabela 3 permite comparar os resultados observados.

| Tabela 3 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial familiar, segundo os tipos de despesa | | | | | | | | |
|---|--|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-------------------|-------------|
| Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%) | | | | | | | | |
| Tipos de Despesa | Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (em salário mínimo=SM) | | | | | | | |
| | Total | | Até 2 SM | | 2 a 3 SM | | 10 a 15 SM | |
| | 2002 | 2008 | 2002 | 2008 | 2002 | 2008 | 2002 | 2008 |
| Despesas correntes | 93,3 | 92,1 | 97,2 | 96,9 | 97,1 | 96,4 | 93,6 | 90,0 |
| Despesas de consumo | 82,4 | 81,3 | 94,6 | 93,9 | 93,4 | 92,0 | 83,9 | 79,2 |
| Alimentação | 17,1 | 16,1 | 32,7 | 27,8 | 29,8 | 24,8 | 16,2 | 13,7 |
| Habitação | 29,3 | 29,2 | 37,2 | 37,2 | 36,8 | 36,5 | 29,2 | 27,6 |
| Eletrodomésticos | 1,9 | 2,1 | 2,6 | 3,2 | 2,7 | 2,9 | 1,9 | 1,8 |
| Vestuário | 4,7 | 4,5 | 5,3 | 5,4 | 5,7 | 5,2 | 5,0 | 4,2 |
| Transporte | 15,2 | 16,0 | 8,2 | 9,7 | 8,6 | 11,1 | 17,1 | 17,5 |
| Aquisição de Veículos | 5,9 | 6,9 | 1,7 | 2,4 | 1,9 | 3,0 | 6,9 | 8,0 |
| Assistência à saúde | 5,4 | 5,9 | 4,1 | 5,5 | 4,7 | 6,0 | 5,4 | 5,7 |
| Educação | 3,4 | 2,5 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,2 | 3,5 | 3,0 |
| Recreação e Cultura | 2,0 | 1,6 | 0,8 | 1,1 | 1,1 | 1,3 | 2,2 | 1,8 |
| Aumento do ativo | 4,8 | 5,8 | 2,2 | 2,2 | 2,2 | 2,3 | 4,1 | 7,7 |
| Imóvel (aquisição) | 2,8 | 4,0 | 0,7 | 0,8 | 0,5 | 0,9 | 1,5 | 5,7 |
| Diminuição do Passivo | 2,0 | 2,1 | 0,6 | 0,9 | 0,7 | 1,3 | 2,3 | 2,3 |
| Empréstimo e carnê | 1,1 | 1,4 | 0,4 | 0,7 | 0,4 | 1,0 | 1,2 | 1,6 |
| Prestação de imóvel | 0,9 | 0,6 | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 0,3 | 1,1 | 0,7 |

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009

De um modo geral, é possível verificar que as despesas correntes representaram menor participação na distribuição das despesas em 2008 comparado ao ano de 2002. As despesas correntes representaram 93,3% em 2002 e 92,1% em 2008 no total, para a faixa de até 2 salários mínimos foi 97,2% em 2002 e 96,9% em 2008, para a faixa de 2 a 3 salários mínimos em 2002 foi 97,1% e 96,4% em 2008 e para a classe de rendimento de 10 a 15 salários mínimos em 2002 foi 93,6% e em 2008 de 90,0%.

Referente às despesas de consumo total, houve uma redução de 1,1% de 2002 para 2008. A redução do peso das despesas de consumo foi mais expressiva na faixa de rendimento de 10 a 15 salários mínimos, que registrou uma queda de 4,7%, enquanto que a classe de 2 a 3

salários mínimos a redução foi de 1,4%, e na faixa que abrange valores de até 2 salários a queda da participação foi de 0,7%, conforme Tabela 4.

| Tabela 4 - Variação da Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar de 2008 em relação a 2002, por classes de rendimento total e variação patrimonial familiar, segundo os tipos de despesa | | | | |
|---|--|-----------------|-----------------|-------------------|
| Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%) | | | | |
| Tipos de Despesa | Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (em salário mínimo=SM) | | | |
| | Total | Até 2 SM | 2 a 3 SM | 10 a 15 SM |
| Despesas correntes | -1,2 | -0,3 | -0,7 | -3,6 |
| Despesas de consumo | -1,1 | -0,7 | -1,3 | -4,7 |
| Alimentação | -1,0 | -4,9 | -5,0 | -2,5 |
| Habitação | -0,1 | 0,1 | -0,3 | -1,6 |
| Eletrodomésticos | 0,2 | 0,6 | 0,2 | -0,1 |
| Vestuário | -0,2 | 0,1 | -0,5 | -0,8 |
| Transporte | 0,8 | 1,6 | 2,5 | 0,4 |
| Aquisição de Veículos | 1,0 | 0,7 | 1,1 | 1,2 |
| Assistência à saúde | 0,6 | 1,4 | 1,3 | 0,3 |
| Educação | -0,9 | 0,1 | 0,2 | -0,5 |
| Recreação e Cultura | -0,4 | 0,3 | 0,2 | -0,4 |
| Aumento do ativo | 1,0 | 0,0 | 0,1 | 3,6 |
| Imóvel (aquisição) | 1,2 | 0,1 | 0,4 | 4,2 |
| Diminuição do Passivo | 0,1 | 0,3 | 0,6 | 0,0 |
| Empréstimo e carnê | 0,3 | 0,3 | 0,7 | 0,4 |
| Prestação de imóvel | -0,3 | 0,0 | -0,1 | -0,4 |

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009

Dentre os tipos de despesa que compõem as despesas de consumo, comparando os resultados da distribuição obtidos 2008 com os de 2002, a classe de rendimento total e variação patrimonial familiar de 2 a 3 salários mínimos apresentou aumento da participação das despesas com eletrodomésticos (0,2%), transporte (2,5%), aquisição de veículos(1,1%), assistência à saúde (1,3%), educação (0,2%) e recreação e cultura (0,2%). Houve queda da participação das despesas com alimentação (5,0%), habitação (0,3%) e vestuário (0,5%).

A classe que abrange a faixa de até 2 salários mínimos também apresentou elevação da participação das despesas com eletrodomésticos (0,6%), transporte (1,6%), aquisição de veículos(0,7%), assistência à saúde (1,4%), educação (0,1%) e recreação e cultura (0,3%), e também elevação da participação das despesas com vestuário(0,1%).

Quanto à faixa que abrange o valor de 10 a 15 salários mínimos de rendimento total e variação familiar, comparando a distribuição obtida na pesquisa de 2008 com a de 2002, houve queda do peso das seguintes despesas: alimentação (2,5%), habitação (1,6%), eletrodomésticos (0,1%), vestuário (0,8%), educação (0,5%) e recreação e cultura (0,4%). Verificou-se um aumento do peso das despesas com transporte (0,4%), aquisição de veículos (1,2%) e assistência à saúde (0,3%).

Convém assinalar o aumento do ativo, em especial o componente que corresponde à aquisição de imóvel, já que houve substancial aumento da participação na distribuição das despesas média mensal familiar. Para as classes de rendimento de até 2 salários mínimos, passou de 0,7% em 2002 para 0,8% em 2008, de 2 a 3 salários mínimos foi de 0,5% em 2002 para 0,9% em 2008, e de 10 a 15 salários mínimos de 1,5% em 2002 para 5,7% em 2008. Isto é, a classe que abrange rendimentos de 10 a 15 salários mínimos teve aumento de 4,2% da participação das despesas com compra de imóveis.

Esses resultados mostram o efeito das políticas de aumento do salário mínimo, da expansão do crédito ao consumidor e das políticas sociais. É possível perceber que as classes de menores rendimentos apresentaram um aumento do consumo em diversos segmentos. As políticas supracitadas permitiram uma mudança no padrão de consumo ao ampliar o poder de compra dos mais pobres. As políticas também surtiram efeitos nas classes de maior rendimento (10 a 15 salários mínimos), visto que houve substancial aumento do ativo (3,6%), principalmente através do componente aquisição de imóveis.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, o consumo foi afetado principalmente por políticas sociais de transferência de renda – o Programa Bolsa Família –, pela política de valorização do salário mínimo e pela política creditícia expansionista.

As Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e 2008-2009 permitiram identificar mudanças no padrão de consumo, tanto do ponto de vista da situação domiciliar – rural e urbana – quanto do ponto de vista das classes de rendimento total e variação patrimonial familiar.

Comparando os resultados da pesquisa de 2008 com a pesquisa de 2002, na população rural, verificamos que o peso das despesas de consumo com alimentação reduziu 6,5%, enquanto a participação das despesas de com habitação, transporte e assistência à saúde aumentaram, diferente da situação urbana, que não teve alterações expressivas registradas.

Do ponto de vista das classes de rendimento total e variação patrimonial familiar, comparando resultados de 2008 com 2002, a faixa correspondente a valores de 10 a 15 salários mínimos apresentou queda acentuada de 3,6% do peso das despesas correntes na distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal. O peso das despesas de consumo reduziu 4,7%, enquanto que se percebeu um substancial aumento do ativo, representado principalmente pela aquisição de imóveis. O peso das despesas com aquisição de veículos também aumentou, mas houve queda da participação das despesas com alimentação, habitação e com consumo de eletrodomésticos.

A classe de rendimento que abrange valores entre 2 e 3 salários mínimos também apresentou uma queda na participação das despesas de consumo (1,3%), mais sentida nas despesas com alimentação, que representou uma redução de 5,0% em relação a 2002. Por outro lado, houve aumento do peso das despesas com transporte, aquisição de veículos e assistência à saúde na distribuição das despesas monetária e não-monetária familiar.

Já a classe de rendimento de até 2 salários mínimos apresentou um notável aumento da participação das despesas com transporte e assistência à saúde, mas houve queda de 4,9% do peso das despesas com alimentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, N. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, E. **10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

BARBOSA, N. & SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. **Brasil, Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

BURLANDY, M. C.; et al. **Programa Bolsa Família: Nova Institucionalidade no Campo da Política Social Brasileira?** Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10.pdf>>. Acesso em: 26/08/2013.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios -Volume I**. Brasília: Ipea, 2010.

_____ **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios -Volume II**. Brasília: Ipea, 2010.

COSTA, G. **Pnad confirma “década inclusiva” e relativiza resultados fracos do PIB, avalia presidente do IPEA**. *Agência Brasil*, Economia, set. 2012. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-25/pnad-confirma-%E2%80%9Cdecada-inclusiva%E2%80%9D-e-relativiza-resultados-fracos-do-pib-avalia-presidente-do-ipea>>.

Data de acesso: 15/01/2013.

CURADO, M. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/view/26881/17837>>. Data de acesso: 22/01/2014.

DEDECCA, C.; BARBIERI, C. V. **Fome Zero e Pilotos para a Política Social**. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_9.1_04_Fome_zero_e_pilotos_para_a_politica_social.pdf>. Acesso em: 26/11/2012.

FAGNANI, E. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010): Perspectiva Histórica**.

Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/5621/4669>.

Acesso em 10/01/2013.

FREITAS, R. C. M.. **O Governo Lula e a Proteção Social no Brasil: Desafios e**

Perspectivas. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a08.pdf>>. Acesso em 24/03/2013.

GIAMBIAGI, F.; et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2011.

GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às Avessas – Verdade, Má-fé e Ilusão no Atual Modelo Brasileiro de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ltc, 2013.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002_2003perfil/pof2002_2003perfil.pdf>. Acesso em: 27/11/2012.

_____ **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em 23/01/2013.

IPEA. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf>. Acesso em 22/02/2014.

MARQUES, R. M. **Política de Transferência de renda no Brasil: A Experiência do Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5284/4323>>. Acesso em 15/09/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23/01/2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Política de Valorização do Salário Mínimo: Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE442AE132A46/DIEESE_notaTec93salarioMinimo2011.pdf>. Acesso em 25/02/2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Fome Zero**. Disponível em: < <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em 22/01/2013.

SALES, T. **Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm>. Acesso em 22/01/2013.

SILVA, J. G.; et al. **Fome Zero: A Experiência Brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

SILVEIRA, F. G., et al. **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007.

SUPLICY, E. M. **Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/09.pdf>>. Acesso em: 29/11/2012.

TEIXEIRA, R.A. & PINTO, E. C. **A Economia Política dos Governos FHC, Lula e Dilma: Dominância Financeira, Bloco no Poder e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2012/IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf>. Acesso em 22/07/2013.

TORRES, H. G., BICHIR, R. M. & CARPIM, T. P. **Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100002&script=sci_arttext>.

Acesso em 20/01/2014.

ANEXO – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

De acordo com a publicação completa do IBGE a respeito das Pesquisas de Orçamentos Familiares, *“o conceito ‘família’, também atendendo às recomendações internacionais, e especificamente adotado no Censo Demográfico e demais pesquisas domiciliares, refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas”*. O termo “família” equivale à unidade de consumo, que é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos.

Define-se o domicílio – unidade amostral da pesquisa, importante para investigar e analisar a caracterização das condições de moradia das famílias – como *“a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas”*.

A condição de separação significa a limitação do local através de paredes, muros, cercas e outros, e quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação e moradia. A moradia independente é quando o local tem acesso direto, ou seja, quando os moradores conseguem entrar e sair sem passar pela morada de outros.

A pessoa de referência da unidade de consumo é a pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxas, etc.). Quando não se observa pelo menos uma dessas condições, a pessoa de referência será indicada pelos moradores da unidade de consumo. No caso de mais de uma pessoa ser identificada como referência, estabeleceu-se a de maior idade como critério.

Além disso, para cada pessoa moradora do domicílio existe uma informação relacionada ao grau de parentesco ou sua natureza de subordinação doméstica em relação à pessoa de referência da unidade de consumo, representadas da seguinte forma:

Quadro 1- Relação com a pessoa de referência na unidade de consumo

| | |
|---|--------------------------------|
| 1 | Pessoa de referência |
| 2 | Cônjuge |
| 3 | Filho |
| 4 | Outro parente |
| 5 | Agregado |
| 6 | Pensionista |
| 7 | Empregado doméstico |
| 8 | Parente de empregado doméstico |

Fonte: IBGE

A unidade de orçamento despesa é representada pelo morador cuja participação da unidade de consumo representa a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias, e a unidade de orçamento rendimento é representada pelo morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário – remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outras. Também foram consideradas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Dentre as características das pessoas de cada unidade de consumo, foram consideradas: sexo, anos de estudo, existência de pessoa com nível superior completo e cor ou raça. Na pesquisa de 2002-2003, também se observa as características religião e idade.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas, que foram definidas como monetárias, isto é, efetuadas através de pagamento realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com a utilização de cartão de crédito; e as despesas não monetárias, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi o único serviço contabilizado como despesa não monetária.

Cabe ressaltar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento.

A forma de obtenção de produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo complementa a caracterização das despesas informadas, e foram definidas as seguintes categorias para esta variável:

- 1- Monetária à vista para a unidade de consumo,
- 2- Monetária à vista para outra unidade de consumo,
- 3- Monetária a prazo para a unidade de consumo,
- 4- Monetária a prazo para outra unidade de consumo,
- 5- Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo (categoria apresentada apenas na pesquisa realizada em 2008-2009),
- 6- Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo (categoria apresentada apenas na pesquisa realizada em 2008-2009),
- 7- Doação,
- 8- Retirada do negócio
- 9- Troca,
- 10- Produção própria,
- 11- Outra forma de aquisição, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Na classificação adotada, definiu-se como despesas monetárias as correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não-monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

A despesa total abrange as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza e também as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel. É composta por todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

As despesas correntes incluem as despesas de consumo. As despesas de consumo estão organizadas segundo os seguintes grupamentos:

- Alimentação, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio.
- Habitação: despesas com aluguel de moradia e eventuais adicionais incidentes por atrasos, incluindo situações dos domicílios cuja condição de ocupação é diferente de alugado, o aluguel não monetário (valor estimado que o informante pagaria se o domicílio estivesse alugado), despesas com condomínio e eventuais adicionais por atrasos, despesas com serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, pacotes de telefone, televisão e internet, gás de uso doméstico (encanado e gás de bujão), água e esgoto. Estão incluídos neste item despesas com acesso à internet, TV por assinatura, outras despesas com locação de imóvel (contrato, depósito de locação, etc), seguros sobre o imóvel e taxas de serviços em geral. Despesas com manutenção e pequenos reparos com habitação, despesas com serviços domésticos, dedetização, aquisição de água, lenha e carvão vegetal. Aquisições de artigos e produtos de limpeza do domicílio. Aquisições de eletrodomésticos e eletroportáteis, equipamentos elétricos e eletrônicos diversos, conserto e manutenção desses equipamentos, aquisições de mobiliários e artigos do lar.

- Vestuário: inclui roupas prontas, calçados e acessórios, jóias, bijuterias, tecidos e artigos de armarinho.
- Transporte: tais como ônibus, táxi, metrô, integração, trem, barca, transporte alternativo. Aquisições de combustível para veículo próprio, manutenção, peças e aquisição de veículos, despesas com viagens esporádicas (avião, ônibus, etc). Estacionamento, pedágio, óleo diesel, gás combustível e seguro obrigatório.
- Higiene e cuidados pessoais: artigos de higiene e de beleza.
- Assistência à saúde: remédios, planos e seguros saúde, consulta e tratamento dentário, consulta médica, tratamento médico e ambulatorial, serviços de cirurgia, hospitalização, exames diversos e material de tratamento (seringa, termômetro, teste de gravidez, óculos e lentes, etc.). Chupeta, mamadeira, ambulância (remoção, aluguel de aparelho médico, etc.).
- Educação: mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental, médio), curso superior de graduação, outros cursos e atividades, livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares. Uniforme escolar, matrícula, entre outras despesas com educação.
- Recreação e cultura: despesas com brinquedos e jogos, celular e acessórios, livros, revistas e periódicos não didáticos, despesas com recreações e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, etc.). Despesas com instrumentos musicais, equipamentos esportivos, artigos de acampamento e demais despesas similares.
- Fumo: despesas com cigarros, charutos, fumo para cigarros, e outros artigos para fumante como fósforos e isqueiros.
- Serviços pessoais: despesas com cabeleireiro, manicuro e pedicuro, consertos de artigos pessoais (sapateiro, relojoeiro, chaveiro, etc.), depilação, maquiagem, esteticistas e despesas com serviços similares.

- Outras despesas diversas não classificadas: jogos e apostas, comunicação (correio, telefone público, etc.), cerimônias e festas, serviços profissionais como de cartório, advogado, contador, despesas com imóveis de uso ocasional. Reforma e manutenção de jazigo, aluguel de aparelhos e utilidades de uso doméstico, alimentos e outros produtos para animais, flores naturais, etc.

As outras despesas correntes correspondem a despesas com impostos pagos, contribuições trabalhistas, conselho e associação de classe incluindo imposto sindical, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e previdência privada. Seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, de bem móveis, pagamento de asilo, indenização a terceiros e demais despesas da mesma natureza.

Neste contexto, o aumento do ativo é um aumento do patrimônio familiar e ocorre quando há aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como títulos de capitalização, títulos de clube, aquisição de terrenos para jazigo e outras aquisições similares. A diminuição do passivo inclui despesas com pagamentos de débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais (inclusive dívidas judiciais, carnê de mercadorias e prestação de financiamento de imóvel).

A análise dos rendimentos e da variação patrimonial permite avaliações mais completas a partir dos orçamentos domésticos. Define-se o rendimento bruto total da unidade de consumo como o somatório dos rendimentos brutos monetários e não monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive empregados domésticos e seus parentes. O rendimento monetário é todo e qualquer ganho monetário, exceto a variação patrimonial, durante o período de referência de 12 meses anteriores à data da coleta das informações.

O rendimento do trabalho refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico), e de empregador e conta-própria. No rendimento do empregado são incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio refeição, auxílio-transporte, auxílio combustível, rendimentos e abono-salário do PIS/PASEP, saques do PIS/PASEP e do FGTS, indenizações trabalhistas, salário-educação, auxílio-creche, auxílio-moradia e outros.

Considera-se o empregador a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado. Contra-própria é a pessoa que, individualmente ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com a ajuda de trabalhador não remunerado, membro da unidade de consumo, explora uma atividade econômica e exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual. O rendimento do empregador ou conta-própria corresponde ao ganho líquido, que são os rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica (aluguel, insumo, telefone, energia elétrica e, para o empregador, pagamentos e encargos relativos aos empregados).

As transferências são os rendimentos monetários brutos provenientes de:

- Aposentadoria e pensão de previdência pública e INSS, auxílio doença, restituição de previdência pública e abonos (13º salário e outros).
- Aposentadoria de previdência privada.
- Programas sociais federais, como o bolsa família.
- Pensão alimentícia, mesada, doação e transferência interfamiliar.
- Outras transferências: prêmios restituídos e indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, auxílio-maternidade, programas sociais estadual e municipal, seguro-desemprego e outras transferências similares.

O rendimento de aluguel também compõe o rendimento total, sendo o rendimento monetário bruto proveniente de aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis, inclusive sublocação. Este item também abrange o aluguel, uso ou exploração de direitos de bens móveis, como veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções.

Considera-se, também, outras rendas referentes às rendas monetárias provenientes de vendas eventuais, como vendas de automóveis, consórcios e outros produtos, crédito-

educativo, juros de empréstimos, ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro atribuídos a ações, juros, correções.

O rendimento não monetário corresponde à parcela equivalente às despesas não monetárias como definidas anteriormente. Estas são iguais, em termos contábeis, às receitas não monetárias, exceto o aluguel estimado. Do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo deduzem-se as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio.

A variação patrimonial compreende a venda de imóveis, recebimentos de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras).

Na pesquisa de 2002-2003 considerou-se o valor do salário mínimo de R\$200,00 (duzentos reais), vigente em 15 de janeiro de 2003, data referencial da pesquisa. Na pesquisa de 2008-2009, o valor do salário mínimo é R\$415,00 (quatrocentos e quinze reais), vigente em 15 de janeiro de 2009.

Ao final da entrevista realizada na unidade de consumo, com o intuito de avaliar subjetivamente as condições de vida, pesquisou-se um conjunto de quesitos relativos à qualidade de vida das famílias através de entrevista com a pessoa escolhida pela família para responder o questionário. Assim, foram abordados o grau de dificuldade ou de facilidade da família chegar ao fim do mês com seu rendimento; o valor monetário mínimo necessário para cumprir com este objetivo e, de forma equivalente, o valor suficiente para cobrir os gastos com alimentação; avaliação de quantidade e tipo de alimentação consumida e razões por não estar se alimentando como deseja; condições de sua moradia em relação a alguns serviços e a existência de problemas nos domicílios e vizinhança; capacidade de pagamento de algumas despesas. Essas informações permitem ampliar os estudos sobre condições de vida, oferecendo indicadores que enriquecem a capacidade analítica da pesquisa.